

A PROGENITORA OBSTINADA: APONTAMENTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA MATERNIDADE IGBO NA PROSA DE BUCHI EMECHETA E CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE

Rodolfo Moraes Farias[†]

Vanessa Riambau Pinheiro^{†*}

[†]Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

Resumo

Este trabalho se propõe a analisar aspectos da representação da maternidade igbo em duas narrativas de escritoras nigerianas, o romance *As alegrias da maternidade* (1979), de Buchi Emecheta, e o conto *A historiadora obstinada* (2009), de Chimamanda Ngozi Adichie, avaliando como a experiência materna das protagonistas reflete os desejos e objetivos comuns que as unem (ou apartam) enquanto mulheres de um mesmo grupo étnico. Almejamos, ainda, sopesar as representações femininas que escapam à idealização da mãe perfeita, aferindo como essas “outras” ajudam a reforçar o rigoroso padrão de comportamento a todas imposto, relegando-as à busca de um parâmetro ou protótipo de conduta que, muitas vezes, obsta sua autorrealização pessoal. Contamos, para tal, com o auxílio de teóricas como Umeh (1996), Stratton (1994), Robolin (2013), Christian (1994) e Segato (2012), entre outras.

Palavras-chave: Buchi Emecheta; Chimamanda Ngozi Adichie; Gênero; Maternidade; Colonização

[†] Doutorando e mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019), onde estuda, sobretudo, as literaturas africanas de autoria feminina. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2006) e especialista em Direito Constitucional pela Universidade Potiguar (UnP, 2007). É membro do grupo de pesquisa Estudos Africanos. Seu e-mail é: rodolfetz83@gmail.com. ORCID: 0000-0002-4331-3360.

^{**} Doutora na área de Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, professora adjunta na graduação e na pós-graduação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde coordena o Grupo GeÁfricas. Integra também o CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina, vinculado à Universidade de Lisboa. Realizou pesquisa de pós-doutoramento na Universidade de Lisboa (2017), sobre a formação do cânone literário em Moçambique. Foi professora da Universidade da Costa Rica (UCR) e professora da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Seu e-mail é: vanessanrp@hotmail.com/vanessariambau@gmail.com. ORCID: 0000-0003-3137-2328.



THE HEADSTRONG PROGENITOR: NOTES ON THE IGBO MOTHERHOOD REPRESENTATION IN BUCHI EMECHETA'S AND CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE'S PROSE

Abstract

This work aims to analyze aspects of the Igbo motherhood representation in two narratives by Nigerian female authors, Buchi Emecheta's novel *The joys of motherhood* (1979), and Chimamanda Ngozi Adichie's short story *The headstrong historian* (2009), evaluating how the protagonists' mothering experience reflects the common desires and goals that unite (or segregate) them as women with the same ethnic background. We also intend to weigh on the female representations that deny the idealization of the perfect mother, assessing how these "others" help to reinforce the strict behavioral standard imposed to all, which relegates them to a quest for a guideline or prototype of demeanor that oftentimes hinders their own self-fulfillment. For such, we count on the help of theoreticians such as Umeh (1996), Stratton (1994), Robolin (2013), Christian (1994), and Segato (2012), among others.

Keywords: Buchi Emecheta; Chimamanda Ngozi Adichie; Gender; Motherhood; Colonization.

1. Tempos (pós-)modernos ou A tradição traída

Não me surpreende que sua cunhada diga que você deve ser uma mãe “tradicional” e ficar em casa, que [...] não precisa de outra fonte de renda para sustentar a família. **As pessoas vão usar a “tradição” seletivamente para justificar qualquer coisa.** Diga-lhe que uma família com dupla fonte de renda constitui a verdadeira tradição igbo, não só porque as mães plantavam e comercializavam antes do colonialismo britânico, mas também porque o comércio era uma atividade exclusivamente feminina em algumas partes da Igbolândia (ADICHIE, 2017b, p. 15, grifo nosso).

Quando deu à luz sua filha, Ijeawele indagou a amiga Chimamanda Ngozi Adichie sobre o que fazer para criá-la feminista, ouvindo da autora nigeriana que ela fosse, antes de qualquer outra coisa, “uma pessoa completa” (ADICHIE, 2017b, p. 14) e não apenas uma mãe, mas um ser humano com outras (pre)ocupações e ambições, que não faz do materno o epicentro de sua existência. Ao negar preponderância à maternidade sobre os demais papéis femininos, Adichie se afasta de posições essencialistas sobre o tema¹, pois não apenas dessacraliza a experiência materna, como recomenda às mães que sejam (mais) complacentes consigo mesmas, criticando a ideia de que uma mãe tudo deva suportar estoicamente, como se infalível ou super-humana (*Ibid.*, p. 16-18). Analisaremos, a partir desse posicionamento, as representações da maternidade igbo no conto *A historiadora obstinada*, de autoria da própria Adichie, e no romance *As alegrias da maternidade*, de sua conterrânea e precursora Buchi Emecheta, escritora de origem também igbo.

Em *The joys of motherhood*, a protagonista Nnu Ego deseja uma vida conjugal e familiar típica, mas quando falha em conceber no primeiro casamento, é logo preterida por uma segunda esposa que depressa engravida, relegando-a ao trabalho braçal na lavoura. Aturdida, ela é então flagrada, pelo marido, ofertando o seio à criança da rival, e expulsa de sua propriedade. Algum tempo depois, é enviada pelo pai para contrair novas núpcias na urbana Lagos, onde, enfim, logra desempenhar o sonhado papel de mãe, mas não sem enfrentar os percalços que o acompanham: seus desejos, alcançados a tão alto custo pessoal, ao final não lhe parecem ter valido o esforço, o que a deixa frustrada e consternada (SENGUPTA, 1996, p. 229). A obra expõe o descompasso entre expectativa e realidade na experiência materna das personagens: “Emecheta questiona não a maternidade em si, mas sim seus opressivos termos sociais: os extraordinários [...] sacrifícios exigidos das mulheres em nome de um ideal tornado ainda mais fugaz em tempos de drásticas mudanças” (ROBOLIN, 2013, p. 1, tradução nossa). Embora experimente alegrias na vivência materna, o saldo final da vida de Nnu Ego resume-se a uma coleção de devaneios, dissabores e desgraças, e seu falecimento prematuro reforça a ideia de uma vida de miséria e isolamento em prol de um ideal infrutífero, de uma absurda dedicação a um projeto existencial que, ao final, não lhe legou nenhum dos resultados ou prêmios esperados.

Ao delinear uma protagonista que envelhece e morre precocemente, a autora cria uma personagem que é o paradigma do desalento, do desamparo, da

desesperança, da decepção – uma criatura que, como tantas (outras) mulheres igbo, parece inconscientemente programada para carregar com resignação um “albatroz moral” em volta do próprio pescoço (UMEH, 1996, p. 191). Em língua inglesa, a expressão “carregar um albatroz em volta do pescoço” significa trazer sempre consigo um pesado fardo de culpa que obsta qualquer possibilidade de sucesso, e alude ao poema *A Balada do Velho Marinheiro*, do inglês Samuel T. Coleridge, em que um marujo é obrigado a carregar, em volta do pescoço, a carcaça de um inocente albatroz por ele alvejado, cuja morte trouxe toda sorte de infortúnios à embarcação e seus tripulantes. *The thing around your neck*, aliás, é o nome do livro de contos de Chimamanda Ngozi Adichie que contém a narrativa curta ora abordada, *The headstrong historian* – lançado no Brasil sob o inócuo título de *No seu pescoço*, que lamentavelmente ignora a força da expressão original e nega ao leitor brasileiro todo o manancial semântico dela decorrente. A propósito, o conto de mesmo título da coletânea é precisamente o que mais reforça essa ideia de sufocamento, de algo que oprime ou comprime a existência da protagonista, restringindo seu horizonte de atuação e reprimindo suas ambições mais íntimas, tornando-a uma mulher esganada e estagnada por balizas e entraves que findam por engessar seu proceder.

Para Marie Umeh (1996, p. 191), a tal “coisa” em volta do pescoço das mulheres igbo, esse “albatroz moral”, seria um mecanismo de controle destinado a “Coibir a revolta feminina, o que conduziria à total desconsideração da tradição e dos costumes dos ancestrais” (tradução nossa²), um aparato para adestrá-las, promovendo, dentre outras coisas, “a cegueira psicológica da sexualidade feminina. [...] A ideia de que castidade e fertilidade são joias possuídas por boas filhas” (*Ibid.*, tradução nossa³), e de que o sexo tem função recreativa para os homens e apenas reprodutiva para as mulheres (*Ibid.*). Tais assertivas devem ser encaradas com cautela, vez que, embora a subjugação feminina por meio do controle da sexualidade não seja estranha à episteme ocidental, não se pode aplicar indiscriminadamente essa mesma lógica à realidade africana. O estatuto da mulher africana é problemático e digno de atenção, mas é necessário lançar um olhar distinto do oferecido pelo “feminismo eurocêntrico, que afirma que o problema da dominação de gênero, da dominação patriarcal, é universal, sem maiores diferenças, justificando [...] uma posição de superioridade moral das mulheres europeias ou eurocentradas” (SEGATO, 2012, p. 116). É necessário rechaçar tal visão, europeizada e, de certo modo, “a-histórica e anti-histórica” (*Ibid.*) – criticada pela própria Emecheta –, razão pela qual nos filiamos à corrente que compreende o estruturalismo patriarcal da sociedade existente no contexto pré-colonial africano, sim, mas agravado pela colonização, que acentuou sobretudo as tensões de gênero locais:

Uma segunda posição, no outro extremo, é a posição de algumas autoras, como María Lugones e Oyeronke Oyewumi, que afirmam a inexistência do gênero no mundo pré-colonial [...]. E, uma terceira posição, na qual me situo, respaldada por uma grande acumulação de evidências históricas e relatos etnográficos que confirmam, de forma incontestável, [...] nas so-

ciudades indígenas e afro-americanas [a existência de] **uma organização patriarcal, ainda que diferente da do gênero ocidental e que poderia ser descrita como um patriarcado de baixa intensidade** (SEGATO, 2012, p. 116, grifos nossos).

É importante esclarecer tal distinção, pois é muito comum, em discussões envolvendo o embate tradição *versus* modernidade, a idealização de um modelo “autóctone”, cristalizado e puro, que teria sido subitamente maculado com a chegada da colonização, como se se tratasse de um marco ou evento único, e não de inúmeros desdobramentos ocorridos ao longo de muitos séculos de história. É preciso ter em mente, portanto, ainda segundo Rita Segato (2012, p. 111), que “essa aparência de estabilidade não é mais do que uma miragem, e que usos e costumes não são nada mais do que história em processo”, de modo que o que se entende por “tradição” deve ser encarado sob essa perspectiva – móvel e mutável – de emaranhado histórico e contaminação cultural. Efetivamente, “toda a cultura é uma constante fusão transformativa do tradicional e do moderno. Deste modo, modernidade não é o inverso de tradição, mas antes tradição tal como mudou e se modernizou” (CHABAL, 1994, p. 23), num fluxo contínuo impossível de delimitar com precisão. As narrativas em análise, aliás, são um claro exemplo disso, na medida em que ambas são ambientadas na Nigéria colonial e ostentam personagens que sofrem (com) os efeitos desse amálgama cultural, o que faz da defesa da tradição a defesa não de um recuo ancestral em si, mas de uma idealização dessa suposta ancestralidade.

No conto de Adichie, a protagonista Nwamgba, após certa relutância, resolve enviar o único filho para aprender inglês na missão católica, certa de que o domínio do idioma o ajudará a convencer um tribunal de que o pai dele fora assassinado pelos próprios primos. O que ocorre, porém, é um distanciamento cada vez maior do jovem, que, impregnado por preceitos religiosos recém-adquiridos, passa a renegar sua cultura de origem por considerá-la pagã. A historiadora obstinada a que se refere o título é a neta de Nwamgba, a quem incumbirá, futuramente, resgatar a tradição familiar que lhe foi negada pela crença paterna, reconectando-se com a ancestralidade da avó por meio da retomada da história de seu povo. Vê-se, novamente, o embate entre tradição e modernidade, mas dessa vez com uma protagonista um pouco mais resiliente, que não se deixa abater tanto, embora também sofra com o crescente interesse do filho por coisas cada vez mais distantes e alheias à cultura igbo. Nwamgba, como Nnu Ego, é uma mulher tentando sobreviver em um mundo estrangeir(izad)o, que faz cada vez menos sentido e lhe parece hostil. A principal diferença entre ambas, talvez seja o fato de a primeira não encarar tais mudanças como se fatais, nem as tomar como um ataque pessoal, o que de certo modo lhe garante espaço para negociar – ainda que minimamente – dentro das novas regras impostas, ao passo que a segunda parece sucumbir ao desespero,⁴ sem encontrar um ancoradouro onde se agarrar.

2. Projeções frustradas ou A mãe rechaçada

Os códigos sexuais pelos quais as vidas das mulheres igbo são governadas estão listados em ordem de importância: a glória de uma mulher é um homem; uma mulher sem um filho homem é uma fracassada; o casamento serve para produzir herdeiros homens para dar continuidade à linhagem paterna; e uma mulher completa é uma mãe de filhos homens saudáveis (UMEH, 1996, p. 192, tradução nossa⁵).

Essa enumeração de causas do padecimento feminino igbo foi também influenciada por imposições alienígenas alheias à cultura local, que alteraram a autocompreensão tribal, fazendo com que certas noções externas fossem internalizadas pela comunidade nativa: a colonialidade “intrude o gênero da aldeia, modifica-o perigosamente. Intervém na estrutura de relações [...] e as reorganiza a partir de dentro, mantendo a aparência de continuidade, mas transformando os sentidos, [...] nomenclaturas permanecem, mas são reinterpretadas à luz de uma nova ordem” (SEGATO, 2012, p. 118). Em *As alegrias da maternidade*, Nnu Ego busca sua autorrealização tendo a maternidade como o corolário da felicidade pessoal, uma opção válida, é claro, mas que contrasta totalmente com a vivência de sua mãe, por exemplo, que, muitos anos antes, pautava-se por critérios menos “tradicionais”, conforme veremos. A intenção de determinada obra – se é que há (só) uma – é muitas vezes difícil de estabelecer, mas cremos que o tema mais recorrente de *The joys of motherhood* seja o conflito tradição versus modernidade expresso na inabilidade de Nnu Ego em ler o novo mundo que se lhe apresenta; presa nesse entrelugar, nesse meio do caminho entre o passado idealizado e um futuro (ainda) incerto, ela não consegue tecer para si um sentido de existência bastante. A autora inclusive já afirmou, em entrevista, que o livro na verdade é sobre “controle populacional. [...] Os filhos de Nnu Ego a deixaram para ir estudar em lugares diferentes. Isso não significa que eles não a amavam. O que o modelo de civilização ocidental demandava não era o modelo exigido tempos atrás” (OGUNDELE, 1996, p. 453, tradução nossa⁶).

Tal comentário expõe a porção socióloga da doutora Buchi Emecheta, e muito embora esse raciocínio possa de fato ter-lhe servido de inspiração ao escrever a obra, sabemos que ela também se pautou por situações outras, menos científicas, episódios em sua vida pessoal que a levaram a questionar a maternidade e a experiência feminina (igbo). Um deles se deu após uma visita ao seu editor inglês, que ministrava à mãe, então doente terminal, os cuidados paliativos necessários para um fim digno, confortável: “a morte pode ser serena e bonita. [...] alguns filhos (homens) podem realmente cuidar de suas mães. [...] Em nosso recanto do mundo, quando uma mãe adoecer assim, as pessoas procuram por sua filha e, na falta dela, sua nora” (EMECHETA, 1986, p. 233, tradução nossa⁷). O choque de testemunhar uma mãe sendo assistida por um filho que não tinha uma esposa talvez tenha inspirado o fim trágico de Nnu Ego, que morre na beira de uma estrada, sozinha e à mercê da própria sorte, sem filho algum para lhe segurar a mão

na hora derradeira: “Nnu Ego se deitou à margem da estrada, [...] Morreu ali, discretamente, sem nenhum filho [...] e nenhum amigo para conversar com ela. Nunca fizera muitos amigos, de tão ocupada, que vivera acumulando as alegrias de ser mãe” (EMECHETA, 2017, p. 308), comenta ironicamente o narrador⁸.

Outro incidente, que catalisou o frenético processo de escrita da obra, concluído em seis semanas (EMECHETA, 1986, p. 238): foi uma discussão com sua filha mais velha, que, após acusar Emecheta de não ser a boa mãe que ela achava que era, saiu de casa para ir morar com o pai (*Ibid.*, p. 237) – o mesmo que, anos antes, incinerou o manuscrito do primeiro romance de sua então esposa, bem como as certidões de casamento e de nascimento dos filhos, para lhes negar a paternidade e o direito à pensão alimentícia. “Esse seria meu fardo. Eu daria tudo aos meus filhos, só para vê-los cuspir na minha cara depois, dizendo que eu era uma péssima mãe, e ir correndo atrás de um pai que em toda a sua vida não lhes tinha comprado sequer um par de calças” (*Ibid.*, p. 238, tradução nossa⁹).

Pode-se afirmar, pois, que o livro trata, sim, de controle populacional, mas também de conflito geracional, de choque cultural, da onipresente disputa entre tradição e modernidade, mas sobretudo do choque de expectativa *versus* realidade, uma vez que denuncia, também, a romantização da maternidade. O padecer central de Nnu Ego, oriundo do descompasso entre suas projeções e os acontecimentos e fatos da vida, encontra-se resumido em um trecho ao final da obra, no qual se lê:

[...] Nnu Ego se permitira perguntar-se no que, afinal, havia errado. Fora criada para acreditar que os filhos fazem uma mulher. Tivera filhos, nove ao todo e, por sorte, sete deles estavam vivos, bem mais do que muitas mulheres da época podiam se gabar de ter. [...] Mesmo assim, como poderia saber que quando seus filhos crescessem os valores de seu país, de seu povo e de sua tribo teriam mudado tão drasticamente, a ponto de uma mulher com muitos filhos talvez ter de enfrentar uma velhice solitária, quem sabe uma morte miserável na mais total solidão, exatamente como uma mulher estéril? (EMECHETA, 2017, p. 301).

O que mais angustia Nnu Ego em seus anos finais é a sensação de que todo o seu esforço foi inútil e de que a maternidade não cumpriu sua promessa: não lhe deu a satisfação esperada, nem lhe legou a segurança necessária para gozar de uma velhice confortável sob o cuidado dos filhos. E, mesmo ciente de que o mundo estava mudando e que seu país, seu povo e sua tribo já não eram os mesmos de anos atrás, ela não deixa de se sentir traída ao ver-se desamparada após tantos anos de batalhas e privações. O trecho em destaque reflete com exatidão o comentário da tal entrevista em que a autora atribui a solidão de Nnu Ego não a um eventual sentimento de desamor por parte dos filhos, pois eles de fato a amavam, mas à ebulição social que transformou a sua realidade em algo irreconhecível, com a qual ela não foi equipada para lidar. Seu dissabor é mais intenso com o filho mais velho, Oshia(ju) – Ngozi, o primogênito, falecera com apenas um mês de vida –, que se recusa a dar seguimento à linhagem do pai e sustentar o lar,

partindo, em vez disso, para dar continuidade aos estudos no estrangeiro. A mentalidade simplória de Nnu Ego – mulher humilde e analfabeta de origem rural – a impede de entender a decisão do filho: embora tenha se sacrificado imensamente para garantir que ele frequentasse a escola e tivesse mais oportunidades, é com choque que ela recebe a notícia de que o destino por ela projetado não se cumpriria: “nós todos esperávamos que o dibia e todos aqueles curandeiros estivessem falando a verdade. [...] Eles nos disseram que você seria um grande homem, que você nos ajudaria na velhice, exatamente como em Ibuza os filhos costumavam ajudar os pais” (EMECHETA, 2017, p. 267).

Nwamgba também sente decepção e tristeza com o afastamento do filho Ani(kwenwa), que passa a seguir cegamente a dogmática cristã. Ela, que a princípio julgava “impensável que seu único filho, a luz de seus olhos, fosse entregue para os homens brancos” (ADICHIE, 2017a, p. 220), fica desolada ao vê-lo, agora rebatizado de Michael, ceder cada vez mais às imposições dessa nova fé: “sentia o filho lhe escapando entre os dedos, mas ainda assim estava orgulhosa por Anikwenwa estar aprendendo tanto que poderia se tornar um intérprete do tribunal ou um escritor de cartas” (*Ibid.*, p. 225). Ambas as mães, tanto Nnu Ego quanto Nwamgba, passaram a enxergar nos filhos Oshia e Ani dois desconhecidos; eles não eram mais as crianças que saíram de seus ventres, e não havia nada que elas pudessem fazer a tal respeito: “A mãe se queixara e o recriminara pelos silêncios que fazia, como alguém em quem a família provoca um profundo tédio” (EMECHETA, 2017, p. 265); “Nwamgba sabia que seu filho agora habitava um espaço mental que lhe era estranho” (ADICHIE, 2017a, p. 226). Ambas aturaram o desdém dos filhos, mas a partida deles foi um duro golpe. A reação de Nwamgba, aliás, é curiosamente semelhante à de Nnu Ego, revelando a mesma expectativa de ambas em relação ao destino de seus meninos: “Ele disse a ela que ia para Lagos aprender a ser professor e, mesmo enquanto ela gritava Como você pode me abandonar? Quem vai me enterrar quando eu morrer?, Nwamgba teve a certeza de que ele não mudaria de ideia” (*Ibid.*). Ambas tomam a despedida de seus filhos como uma traição, um gesto de ingratidão dirigido a elas após tantos anos de investimento.

3. Fertilidade em xeque ou Maculada concepção

Outro ponto em comum na experiência materna de Nnu Ego e Nwamgba é a superação da (aparente) infertilidade. Nnu Ego não consegue conceber porque sua chi é a reencarnação do espírito da escrava enterrada viva com a esposa mais velha de seu pai, ao passo que a dificuldade reprodutiva de Nwamgba tem origem na família do marido – supõe-se que alguém tenha violado o tabu de vender uma menina como escrava, enfurecendo o deus da terra. Em ambos os casos, é apenas com o auxílio de curandeiros e sacrifícios e oferendas às entidades ofendidas – a chi, no caso de Nnu Ego, e o deus local, no de Nwamgba – que o óbice é superado: a primeira sequer consegue conceber antes de apaziguar sua chi, e a segunda sofre sucessivos abortos até enfim conseguir gestar. Esse é um dado essencial, na

medida em que o mero potencial reprodutivo de uma mulher é motivo de escrutínio e condiciona todo o seu destino (CHRISTIAN, 1994, p. 95). Uma mulher estéril é vista como um ser incompleto, uma pária; para muitos, ela sequer pode ser realmente considerada uma mulher: “só agora, com esse filho, vou começar a amar aquele homem. Ele me transformou numa mulher de verdade – em tudo que quero ser: mulher e mãe” (EMECHETA, 2017, p. 75); “E todos concordaram que uma mulher que não dá um filho ao marido é uma mulher fracassada” (*Ibid.*, p. 88). Essa supervalorização da maternidade decorre do fato de, na África, apesar da enorme extensão territorial e da vasta multiplicidade étnica, a mãe tem uma importante dimensão espiritual que lhe confere um valor universal (CHRISTIAN, 1994, p. 96). Uma existência espiritual sem descendência é considerada nula, tendo em vista a crença de que os mortos (co)existem em outra dimensão, devendo ser lembrados (*Ibid.*).

A imortalidade de uma pessoa depende não apenas de sua prole, mas também de haver descendentes que a *rememorem*. [...] A mãe africana é uma âncora espiritual; daí por que ela é tão respeitada nas sociedades africanas. Quando dão à luz filhos, as mulheres africanas garantem a continuidade de seu povo, tanto neste plano quanto no além. [...] Contudo, as mulheres africanas em muitas sociedades tradicionais não eram definidas apenas pelo papel de mulher e mãe. Suas contribuições para o lar eram indispensáveis, e seu status costumava ser mais alto do que o de suas contemporâneas europeias, cuja centralidade na produção foi rapidamente debilitada pela Revolução Industrial. [...] Porém, essas mulheres [africanas] perderam muitos dos direitos tradicionais quando o colonialismo europeu impôs suas restrições culturais de gênero. Tendo sido cada vez mais restritas à “esfera privada”, mulheres africanas como Nnu Ego [...] perderam a independência econômica de que gozavam (CHRISTIAN, 1994, p. 96-97, tradução nossa, destaque da autora¹⁰).

Esse caráter metafísico da maternidade não se perdeu: no último capítulo de *As alegrias da maternidade*, “A mãe canonizada”, os filhos lamentam profundamente o súbito falecimento de sua mãe, cujo “segundo sepultamento foi o mais ruidoso e dispendioso que Ibuza já vira, e um altar foi construído em seu nome, para que seus netos pudessem apelar a ela caso fossem estéreis” (EMECHETA, 2017, p. 308). Contudo, “as pessoas não entendiam por que Nnu Ego não atendia a preces que lhe dirigiam, pois o que mais uma mulher poderia desejar, além de ter filhos que lhe dessem um sepultamento decente?” (*Ibid.*), questiona o narrador. Nwamgba, por seu turno, não só desejou netos como auxiliou ativamente sua nora com tal propósito: “sentiu vergonha do filho, irritou-se com a mulher dele e ficou aborrecida por aquela vida apartada que os dois levavam, [...] mas continuou a torcer por um neto; rezou e ofereceu sacrifícios” (ADICHIE, 2017a, p. 228), pois nutria a esperança da volta do espírito do marido na figura de uma nova criança. Nwamgba opta pela renovação da progênie de modo a recuperar o elo com o filho, perdido graças à intolerância religiosa dele; Nnu Ego, por seu turno, decide não tomar parte no sonho da maternidade alimentado por seus descendentes, e sua recusa em atender às súplicas que lhe são endereçadas parece

indicar sua vontade de pôr fim à própria linhagem e/ou ao sofrimento de tantas mulheres desavisadas. Se seu desejo de completude, seu apego à tradição, sua humildade servil e sua entrega incondicional de nada lhe valeram, por que impingir a outro tamanho padecer?

Mas não deixa de ser curioso constatar que a tragédia experimentada por ela tem como contrapartida algumas histórias de (relativo) sucesso de outras mulheres. Sua própria mãe, Ona, embora tenha morrido quando a filha contava apenas um ano de vida, não lhe era uma estranha: sua memória era celebrada e seu exemplo de independência poderia ter-lhe servido de modelo. “A mãe da mãe”, que não quis casar com o pai de Nnu Ego, Agbadi, embora com ele mantivesse um relacionamento sexual do conhecimento de todos, era livre e dona de si, e preferiu, enquanto filha única de seu pai, permanecer ligada a este até sua morte, para, só então, decidir morar na propriedade de Agbadi, mesmo já tendo uma filha com ele. A possibilidade de escolha de Ona reforça a liberdade de que as mulheres (igbo) gozavam antes da colonização: “Tinha um fraco pelas [...] mais confiantes e provocadoras, [...] Considerar uma mulher sossegada e tímida como desejável foi uma coisa que só surgiu mais tarde, depois do tempo dele, com o cristianismo e outras modificações” (EMECHETA, 2017, p. 17), diz o narrador sobre a fama donjuanesca do pai de Nnu Ego, confirmando a tese aqui levantada de que o jugo colonial e suas ramificações, como a religião, por exemplo, foram responsáveis pela perversão das relações de gênero locais. Tanto que a própria Nnu Ego atribui a morte do primogênito à sua desobediência aos preceitos da modernidade: “Em Ibuza as mulheres contribuía, mas na urbana Lagos os homens tinham de ser os únicos provedores; [...] estava tentando ser tradicional num cenário urbano moderno. Era por querer ser uma mulher de Ibuza numa cidade como Lagos que perdera o filho” (*Ibid.*, p. 116), acreditava, como se o comércio que praticava para complementar a renda familiar fosse uma heresia muito grave, punível com a morte de uma criança.

Seu senso de dever é levado às últimas consequências, o que faz com que a maternidade se torne, sozinha, o âmago de sua vivência, o cerne de seus sonhos, desejos e t(r)emores mais íntimos – já que “esse novo cenário privava a mulher de seu papel útil” (*Ibid.*) no sustento do lar, restando-lhe “apenas” a (pro)criação dos filhos. E outro detalhe agrava ainda mais o quadro: mulheres que não produzem filhos homens tampouco são valorizadas ou têm sua contribuição social reconhecida. “Embora os homens de Ibuza admirassem uma mulher trabalhadora e rica, a vida dessa mulher perdia toda a relevância caso ela não deixasse filhos homens atrás de si quando partisse” (*Ibid.*, p. 231). Numa cultura que atrela o valor das meninas ao preço da noiva que se receberá futuramente, restam poucas opções às mães de filhas, de modo que a rejeitada Adaku – segunda esposa do marido de Nnu Ego, Nnaife, que a herdou do irmão morto – preferiu se submeter à prostituição até acumular dinheiro suficiente para viver do comércio de tecidos e poder garantir às suas duas filhas a educação necessária para se livrarem do ciclo de aviltamento a que as mulheres eram perpetuamente submetidas. Essa opção extrema, quando comparada à obediência cega de Nnu Ego às tradições – ou

àquilo que ela tomava por preceitos tradicionais – é reveladora na medida em que escancara a rigidez dos papéis de gênero impostos às mulheres (e corroborados pelas próprias), e os denuncia como causa precípua dos males todos que muitas delas parecem passivamente acatar.

É importante asseverar que, embora tenhamos utilizado alguns argumentos da episteme feminista ocidental clássica, fizemo-lo cientes de que, na África, assim como em outras regiões do mundo ditas periféricas – i.e., à margem do centro europeu –, a vivência da maternidade tem peculiaridades locais que não podem ser ignoradas. Contudo, para o escopo deste ensaio e tendo em vista a sua brevidade, consideramos que a observação de Simone de Beauvoir (2016, p. 171) de que “[p]ara muitas mulheres, a vida era [...] uma série ininterrupta de partos” e a maternidade jamais uma escolha ou opção, mas uma obrigação a que elas eram todas condenadas (*Ibid.*, p. 89), aplica-se perfeitamente ao contexto (africano) estudado, mormente porque a Nigéria teve colonização portuguesa e inglesa, nações em que o cristianismo – quer católico ou anglicano – constituem a regra. Não levamos em consideração aqui, portanto, a maternidade muçulmana – religião predominante no norte nigeriano –, pois utilizamos a delimitação étnica dos próprios contos analisados, cujas autoras e protagonistas são todas igbo. Não obstante, a título ilustrativo, podemos mencionar também uma obra nigeriana de autoria (e protagonismo) yorubá, em que a maternidade é tratada de maneira semelhante: como um fardo feminino inescapável. Trata-se de *Fique comigo*, romance de estreia de Ayòbámi Adébayò (2018), que decidiu escrever sobre a infertilidade porque, segundo ela, um casamento sem filhos é encarado como uma tragédia na Nigéria (ADEBAYO, 2017). A autora inclusive se inclui no rol de autoras contemporâneas que abordaram o tema em suas obras: as já referidas *Efuru*, de Flora Nwapa (1966), e *As alegrias da maternidade*, de Emecheta (2017), assim como o romance *Tudo de bom vai acontecer*, de Sefi Atta (2020) – produções literárias de três autoras de ascendência igbo que, juntamente com a da yorubá Adébayò, compõem um cânone nigeriano de denúncia à opressão feminina ocultada sob o viés da compulsoriedade e idealização da maternidade.

Ambas as narrativas analisadas, como vimos, abordam questões ligadas à representação da maternidade igbo, tendo como pano de fundo uma Nigéria em pleno processo de colonização e, portanto, imersa em incertezas que, para além dos temas macropolíticos e socioeconômicos, afetam a subjetividade dos nativos e impõem obstáculos às suas relações afetivas mais íntimas. Nnu Ego tem um fim trágico porque acumula, ao longo da vida, as decepções e dissabores que a maternidade fatalmente acarreta, mas que ela não reconhece como normais, pois não estavam em seu horizonte de expectativas – que parecia limitado à crença na maternidade como destino único da mulher, cujos frutos seriam a recompensa de felicidade por sua dedicação e resignação. Sua catástrofe se dá, conforme mostramos, devido à sua total entrega à idealização, sem jamais ter cogitado algo que não fosse a perfeição ilusória: ao se deparar com os inevitáveis embaraços ao longo do caminho, ela insiste em se convencer de que tudo valerá a pena um dia – e assim segue, colecionando derrotas até que sua alma envenenada e cansada abandona o corpo

doente e maltratado. Diante da alforria e da insubordinação de Adaku, sua reação foi o choque, agarrando-se ainda mais firmemente às próprias raízes e crenças (ROBOLIN, 2013, p. 5), “rastejando mais para o fundo das esteiras manchadas de urina em sua cama infestada de percevejos, feliz com a sabedoria que lhe conferia a maternidade” (EMECHETA, 2017, p. 234). Utópica, contentava-se com o delírio da superioridade moral e a fantasia de um futuro quimérico capaz de consertar tudo – até enfim perceber que a sua espera tinha sido toda vã.

“Seu amor pelos filhos e seu sentimento de dever para com eles eram como as correntes que a mantinham em sua escravidão. [...] Tenho que trabalhar até o osso para tomar conta deles, tenho que dar-lhes minha vida. [...] Quando fiquei livre?” (*Ibid.*, p. 256-257). Nnu Ego enxerga a prisão em que vive, mas nem assim percebe que foi ela quem construiu para si a jaula onde habita, e sua crescente insatisfação vai se transmutando na triste amargura que ceifará sua vida prematuramente. Nwamgba tem um fim menos infausto, pois, como dissemos, embora também tenha sofrido sua parcela de revezes, sua resignação diante das adversidades se manifestava de forma proativa: ela agia para modificar o que a incomodava, desde que dentro de seu alcance. Foi graças ao seu empenho que a nora, mesmo tendo sofrido vários abortos espontâneos, findou lhe dando dois netos, Peter e Grace, que ela batizou de Nnamdi e Afamefuna, respectivamente. É muito revelador, aliás, o nome atribuído à menina, que significa “Meu nome não se perderá”. De fato, após perder o filho e o neto para a cristandade, foi Grace quem permaneceu ao lado de Nwamgba, segurando sua mão no leito de morte durante seus momentos finais. Foi Grace quem deu um basta naquela ruptura que tanto magoou sua avó, restaurando a esperança em uma nova geração (re) conectada às raízes de seu povo. Mas aquela linhagem acabaria ali: temos ciência, por meio de uma prolepse, de todas as conquistas que fariam da moça uma referência acadêmica no resgate da história de seu povo, de sua adoção do nome nativo dado pela avó e dos tantos abortos que sofreu ao longo da vida, privando-a de experimentar, um dia, as alegrias da maternidade. Seu legado de historiadora haveria de ser – e seria – suficiente.

Nem a solidão final nem o cansaço físico nem o desencanto com o mundo conseguiram extinguir a enorme esperança de Nnu Ego; esta esperança nunca parecia se esvaír, mesmo diante das maiores provações – a pobreza extrema, o marido enviado para a guerra, a distância da família paterna, a fome, a doença e a morte. Nada parecia capaz de destruir sua fé em um futuro mais aprazível. O que logrou sufocá-la foi a indiferença dos filhos: “o que efetivamente a quebrou foi, mês após mês, esperar por notícias [...] e não receber nenhuma. [...] Durante toda sua vida, agiu como se sua força fosse – ou devesse ser – invencível; como se seu limite fosse – ou devesse ser – inatingível; como se sua maternidade fosse – ou devesse ser – impecável. Não lograva saber que a negligência dos filhos não encontraria correspondência em seus esforços.

Notas

1. Elisabeth Badinter (2011) lembra que, entre as décadas de 1970 e 1980, “a teoria feminista operou uma virada de 180°. Dando as costas à abordagem culturalista de Simone de Beauvoir, que preconizava igualdade política e de coeducação em virtude de suas semelhanças [...] uma segunda onda do feminismo descobre que a feminilidade é [...] também uma virtude da qual a maternidade é o cerne. [...] Diferentemente de Beauvoir, que via aí apenas um epifenômeno na vida das mulheres, fonte de sua opressão milenar, uma nova geração de feministas considera a maternidade a experiência crucial da feminilidade a partir da qual se pode construir um mundo mais humano e mais justo” (BADINTER, 2011, p. 71).
2. No original: “*To prevent female rebellion, which would lead to a complete disregard for tradition and the ways of the ancestors*” (UMEH, 1996, p. 191).
3. No original: “[...] *the psychological sexual blinding of women. [...] The idea that chastity and fertility are jewels possessed by good daughters*” (Ibid.).
4. Marie Umeh (1996, p. 193) considera muito sintomático o fato de a loucura, a doença e a morte prematura serem as metáforas das mães de Emecheta ao longo de sua obra. Nnu Ego, em particular, finda magoada e atônita porque nunca quis nada para si, não tinha desejos propriamente seus e não sabia, portanto, negociar (SENGUPTA, 1996, p. 228).
5. No original: “*The sexual codes by which the lives of Igbo women are governed are listed in order of importance: the glory of a woman is a man; a woman without a son is a failure; marriage is for the production of male heirs to continue the husband’s lineage; and a complete woman is a mother of healthy sons*” (UMEH, 1996, p. 192).
6. No original: “[...] *population control. [...] Nnu Ego’s children left her to go to different places to study. It does not mean that they did not love her. What the western type of civilization demanded was not the type of civilization demanded earlier on*” (OGUNDELE, 1996, p. 453).
7. No original: “[...] *death can be peaceful and beautiful. [...] some sons can really care for their mothers. In our part of the world when a mother is that ill, people start looking for her daughter, and failing that her daughter-in-law*” (EMECHETA, 1986, p. 233).
8. Outra fina ironia da narração é a repetição, ao longo da obra, da mesma pergunta: “O que mais uma mulher pode querer?”, que sugere que o parco quinhão de liberdade reservado às mulheres deve ser recebido com gratidão – e que qualquer sinal de insatisfação feminina é considerado uma ofensa.
9. No original: “*This was going to be my lot. I was going to give all I had to my children, only for them to spit on my face and tell me that I was a bad mother and then leave and run to a father who had never in all his life bought them a pair of pants*” (EMECHETA, 1986, p. 238).
10. No original: “*A person’s immortality depends not only on his progeny, but also on whether he has descendants who remember him. [...] The African mother is a spiritual anchor; thus she is greatly respected in African societies. By giving birth to children, African women ensure their people’s continuity, both in here and in the hereafter. [...] Yet African women in many traditional societies were not defined only by their position as mother and wife. Their contributions to the household were indispensable, and their status was often higher than that of their European counterparts, whose centrality in production was fast undermined by Europe’s Industrial Revolution. [...] However, these women lost many of their traditional rights when European colonialism imposed its cultural gender constraints. In being relegated more and more to the ‘private sphere’, African women, like Nnu Ego [...] lost access to the economic Independence they were entitled to*” (CHRISTIAN, 1994, p. 96-97, author’s emphasis).

Referências

- ADEBAYO, Ayobami. *Fique comigo*. Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.
- ADEBAYO, Ayobami. Writing about infertility in a world that sees childless marriage as tragedy: Ayobami Adebayo on Infertility in the Nigerian Novel. *Literary Hub*, 23 ago. 2017. (on-line). Disponível em: <https://lithub.com/writing-about-infertility-in-a-world-that-sees-childless-marriage-as-tragedy/>. Acesso em: 22 out. 2020.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *No seu pescoço*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ATTA, Sefi. *Tudo de bom vai acontecer*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos* (vol. 1). Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- CHABAL, Patrick. *Vozes Moçambicanas: literatura e nacionalidade*. Lisboa: Vega, 1994.
- CHRISTIAN, Barbara. An angle of seeing: motherhood in Buchi Emecheta's Joys of Motherhood and Alice Walker's Meridian. In: GLENN, Evelyn Nakano; CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie (Eds.). *Mothering: Ideology, Experience, and Agency*. Nova York/Londres: Routledge, 1994, p. 95-120.
- EMECHETA, Buchi. *As alegrias da maternidade*. Tradução de Heloisa Jahn. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- EMECHETA, Buchi. *Head above water*. Londres: Ogwugwu Afo, 1986.
- NWAPA, Flora. *Efuru*. Londres: Heinemann, 1966.
- OGUNDELE, Oladipo J. A Conversation with Dr. Buchi Emecheta. In: UMEH, Marie (Ed.). *Emerging Perspectives on Buchi Emecheta*. Trenton: Africa World Press, 1996, p. 445-456.
- ROBOLIN, Stéphane. Introduction. In: EMECHETA, Buchi. *The joys of motherhood*. 2. ed. New York: George Braziller, 2013, p. 1-6.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. *e-cadernos CES* [on-line], Coimbra, Editora Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 18, 2012, p. 106-131. Acesso em: 21 jan. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>.
- SENGUPTA, Shivaji. Desire and The Politics of Control in The Joys of Motherhood and The Family. In: UMEH, Marie (Ed.). *Emerging Perspectives on Buchi Emecheta*. Trenton: Africa World Press, 1996, p. 227-246.
- STRATTON, Florence. *Contemporary African Literature and the Politics of Gender*. Nova York/Londres: Routledge, 1994.
- UMEH, Marie. Procreation Not Recreation: Decoding Mama in Buchi Emecheta's The Joys of Motherhood. In: UMEH, Marie (Ed.). *Emerging Perspectives on Buchi Emecheta*. Trenton: Africa World Press, 1996, p. 189-206.

Recebido em: 17/05/2020

Aceito em: 09/11/2020